

As agruras orçamentárias da Marinha do Brasil

RÓBISON GONÇALVES DE CASTRO

SUMÁRIO

1. Introdução. 2. A Marinha e o contexto atual. 2.1. Considerações gerais. 2.2. Interesses marítimos brasileiros. 2.3. Áreas de atuação. 2.4. Meios. 2.5. O programa de reaparelhamento. 3. Orçamento. 3.1. A participação do Ministério da Marinha no Orçamento. 4. Conclusão.

1. Introdução

É certo que a busca do equilíbrio das contas públicas prepondera no atual estágio de consolidação do programa de reorganização do Estado brasileiro e é necessária para o desenvolvimento de um projeto nacional consistente, que resulte no fortalecimento do Brasil no cenário internacional.

Nesse contexto, o planejamento e a aplicação dos recursos à disposição da Marinha são feitos sob as seguintes destinações básicas:

– Marinha do presente - manter em funcionamento a Marinha atual, no melhor nível de capacitação possível;

– Marinha do amanhã - construção dos meios navais, aeronavais, anfíbios e das instalações necessárias a curto prazo; e

– Marinha do futuro - pesquisa e desenvolvimento de meios que serão necessários em futuro mais distante.

Atingir níveis de operacionalidade harmônicos com a estatura estratégica do País e com os crescentes compromissos internacionais, a partir de modestas disponibilidades orçamentárias, reclama por determinação e talento.

Essa dicotomia – manter uma Marinha condizente com a grandeza e as necessidades do País e as significativas restrições orçamentárias – urge pela definição de efetivas

prioridades, simplificação de estruturas e procedimentos, rígidos e objetivos sistemas de controle de custos, bem como por uma tradicional austeridade no trato dos bens públicos somados à intensa vontade de otimizar o uso desses poucos recursos.

2. A Marinha e o contexto atual

2.1. Considerações gerais

O poder naval de qualquer país é preparado e estruturado a partir de condicionamentos históricos, culturais e conjunturais – internos e externos – que permeiam as relações entre as nações e, dentro destas, pela interação da sociedade com as suas instituições. Portanto, a configuração e a missão do Poder Naval brasileiro são estabelecidas em função de como o Brasil se insere no contexto mundial atual e de como a sociedade, o Estado e suas instituições interagem e entendem a segurança nacional.

As recentes transformações ocorridas na conjuntura mundial, a par do arrefecimento da guerra fria, não representaram o equilíbrio nas relações internacionais. Pelo contrário, viu-se o surgimento de uma infinidade de conflitos regionais, motivados por questões étnicas, religiosas, separatistas, econômicas e de fronteiras, que se encontravam reprimidas no sistema bipolar até então vigente, caracterizado pela baixa instabilidade. Ressalta-se que, de 1990 até hoje, já foram registrados mais de 150 conflitos armados.

Embora, nesse contexto, o Brasil encontre-se em situação relativamente confortável pela ausência das ameaças já mencionadas, as incertezas e instabilidades do cenário internacional não permitem concluir pela permanente ausência de contenciosos e, portanto, faz-se necessário acompanhar a evolução das estratégias e tecnologias, a cargo das grandes potências.

2.2. Interesses marítimos brasileiros

Se se considerar que, em termos comerciais, além dos países do Mercosul, os parceiros mais significativos do Brasil situam-se na Europa, no Extremo Oriente, no Oriente Médio e na América do Norte, o mar torna-se vital para o País. Assim, pode-se enunciar um elenco de interesses marítimos que concorrem para a consecução dos objetivos nacionais:

a) utilização das Linhas de Comunicações Marítimas (LCM), imprescindíveis para o

desenvolvimento nacional e para o acesso do Brasil aos mercados internacionais.

Mais de 95% do comércio exterior brasileiro é realizado por via marítima. As exportações e importações nacionais, que dependem da utilização dessas LCM, concorrem para a consecução de atividades nacionais, por favorecerem o desenvolvimento social e econômico e o exercício da soberania;

b) exploração e exploração dos recursos econômicos do mar, nas águas sob jurisdição brasileira, e participação nacional equânime no aproveitamento dos recursos das águas internacionais.

Esse interesse pode ser exemplificado pelas atividades ligadas à pesca, ainda muito aquém do desejável, mas que representam um importante acréscimo da oferta de alimentos para a população brasileira. Acrescente-se a isso o fato de que 60% do consumo nacional de petróleo advém da exploração (e exploração) de lençóis marítimos, situados na plataforma continental;

c) pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico no campo das atividades marítimas.

Nesse contexto se enquadram os esforços da Marinha e de outras instituições nacionais na área da oceanografia, os estudos científicos realizados na região antártica, o levantamento da plataforma continental com vistas a nos assegurar os direitos previstos na Convenção da Jamaica de 1982 e a elaboração de cartas especiais, inclusive para fins militares;

d) estabilidade política e estratégica da área marítima do Atlântico Sul.

É essencial para o desenvolvimento econômico e social do país que o Atlântico Sul se mantenha livre das crises e tensões que hoje infestam outras regiões do globo. Isso exige, obviamente, um dispositivo de forças, político e militar, que desencoraje iniciativas desestabilizadoras e, por via de consequência, a intervenção de potências extra-regionais;

e) proteção ao meio ambiente marinho;

Intensas atividades de proteção ao meio ambiente marinho são realizadas pela Marinha. O espectro dessas atividades vai desde as pesquisas para utilização de um sistema que separa o óleo da água que se acumula no fundo das praças de máquinas dos navios, até a utilização, nos testes com material bélico, de artefatos que não causam impacto ambiental;

f) formação e valorização dos recursos humanos dedicados às atividades marítimas.

A essencialidade de algumas Linhas de

Comunicações Marítimas (LCM) para o funcionamento da economia brasileira, em especial aquelas que cruzam o Atlântico Sul, justifica a existência de um Poder Marítimo estruturado e composto de elementos que permitam o uso do mar em proveito dos interesses nacionais. Destaca-se então a necessidade de: uma Marinha Mercante forte; uma infra-estrutura portuária e de construção naval bem dimensionadas; uma frota e indústria de pesca eficientes; organização e meios de pesquisa para exploração e exploração modernos; e, acima de tudo, um Poder Naval (Marinha de Guerra) adequado, que, por sua capacitação, possa assegurar aos elementos não-militares a plena utilização das possibilidades e dos recursos do mar.

2.3. Áreas de atuação

O Planejamento Estratégico da Marinha é baseado em cenários prospectivos, que levam em consideração as tendências de evolução das conjunturas nacional e internacional.

Fruto desse processo, e tomando como premissa o fato de que a paz é um elemento essencial para o desenvolvimento do País, a Marinha estabeleceu as seguintes principais áreas de atuação para o Poder Naval:

- a) respaldar a política externa brasileira, inclusive pela presença naval em áreas e portos de interesse;
- b) controlar áreas marítimas necessárias à defesa do território nacional, à salvaguarda dos recursos da zona econômica exclusiva e da plataforma continental, e à manutenção das comunicações marítimas de interesse brasileiro;
- c) contribuir para a estabilidade político-militar da grande região do Atlântico Sul, dissuadindo aventuras bélicas regionais e pressões militares que possam ser exercidas no contexto das controvérsias;
- d) coibir perturbações da ordem marítima nas águas jurisdicionais brasileiras;
- e) assegurar o livre uso e contribuir para a garantia dos interesses nacionais nas hidrovias das bacias do Amazonas e do Paraguai;
- f) contribuir para a manutenção da ordem interna, de conformidade com a Constituição Federal;
- g) participar de missões de paz da ONU.

A Marinha mantém observadores militares, a serviço da ONU, em várias regiões do globo, como na ex-Iugoslávia, em Angola e na América Central. Atualmente participa com um contingente de fuzileiros navais e fez o

transporte do material e de parte do pessoal da Força de Paz em Moçambique e Angola.

Existem, ainda, áreas de atuação não-militares que, por força da legislação vigente, constituem uma contribuição direta da Marinha para o desenvolvimento nacional, a saber:

- a) hidrografia e oceanografia
- b) sinalização náutica
- c) controle do material da Marinha Mercante
- d) formação e controle do pessoal da Marinha Mercante
- e) salvaguarda da vida humana no mar
- f) assistência às populações ribeirinhas
- g) ações cívico-sociais
- h) controle do meio ambiente.

2.4. Meios

Para o cumprimento de suas tarefas, a Marinha dispõe de meios operativos – de combate e auxiliares – e de meios de apoio.

Os meios de apoio são, principalmente, as diretorias técnicas, o arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, as bases navais, os centros de manutenção e reparo, os centros e depósitos de suprimentos, as escolas e os centros de instrução e adestramento.

Os meios operativos estão distribuídos por:

- a) esquadra
- b) força de fuzileiros da esquadra
- c) forças distritais
- d) navios da diretoria de hidrografia e navegação.

2.5. O programa de reaparelhamento

A velocidade com que evoluem as crises no mundo moderno exigem da Marinha prioridade absoluta para a preservação das condições de pronto emprego das suas unidades de combate, o que acarreta uma ênfase nas atividades de manutenção, de adestramento e nos programas de renovação dos seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

Com o objetivo de preservar a capacidade operacional da Força Naval, a Marinha empenha-se, desde 1979, na execução de um programa de reaparelhamento.

Não obstante as conhecidas restrições orçamentárias, que a colocam sempre em uma posição de carência frente às responsabilidades, o programa de reaparelhamento vem sendo desenvolvido com prioridade no Ministério da Marinha.

Os principais projetos em execução são os seguintes:

a) corvetas classe “Inhaúma” – São navios modernos, inteiramente projetados e construídos no Brasil, e que se destinam a substituir os antigos contratorpedeiros de origem norte-americana. Foi planejada, em 1979, a construção de doze unidades. Até agora quatro navios foram prontificados: dois construídos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) e dois no Estaleiro Verolme. Foi iniciada a construção do 5º navio, no AMRJ;

b) submarinos classe “Tupi” – São submarinos convencionais modernos, de projeto alemão, num total de cinco belonaves. O primeiro, submarino Tupi, foi construído na Alemanha; o segundo, submarino Tamoio, foi construído no Brasil, estando, ambos, em operação. O submarino Timbira, terceiro da classe, lançado ao mar em dez./95, deverá ser incorporado à Marinha em dez./96, estando o submarino Tapajó, quarto da classe, em adiantado processo de construção. Teve início, em set./96, a construção do submarino Tikuna;

c) navios-patrolha classe “Grajaú” – São navios modernos, velozes e bem-equipados, próprios para a patrulha do mar territorial e da Zona Econômica Exclusiva. Foi programada a construção de doze unidades, número que é ainda insuficiente para a longa extensão do mar territorial. Atualmente, existem oito navios prontos, dois em construção e dois em fase de negociação. Esses navios estão sendo custeados com recursos provenientes dos *royalties* do petróleo;

d) fragatas classe “Greenhalgh” – São navios modernos, construídos na Inglaterra no início da década de 80. A Marinha adquiriu quatro unidades: fragatas Greenhalgh, Dodsworth, Bosisio e Rademaker. A primeira foi incorporada à Armada em jun./95, as duas seguintes foram incorporadas em ago./96 estando, prevista a incorporação da última para abr./97;

e) modernização das fragatas classe “Niterói” – As fragatas classe “Niterói”, quatro construídas na Inglaterra e duas no AMRJ, no final da década de 70, introduziram na Marinha os modernos conceitos de sistemas de armas e processamento digital de dados táticos. Passados quinze anos, tornou-se necessária a modernização de alguns de seus sistemas, particularmente o de defesa antiaérea, projeto que está em curso e é prioritário para a Marinha;

f) navios balizadores da classe “River” – Em face da necessidade de se dotar a Marinha do Brasil (MB) de navios balizadores de alto-mar (NB), a serem empregados na manutenção dos balizamentos da Barra Norte do Rio Amazonas (AP), do Canal de acesso ao Terminal do Porto da Madeira (MA) e do Canal do Galhete (PR), entre outros levantamentos, foi iniciado o processo de obtenção de navios desse tipo. Esses NB serão empregados para efetuar o estabelecimento, a retirada e a manutenção de sinais flutuantes, de barcas-farol e efetuar levantamentos hidrográficos de pequena envergadura.

3. Orçamento

3.1. A participação do Ministério da Marinha no Orçamento

O Projeto de Lei nº 8 de 1996, que submete à aprovação do Congresso Nacional a Proposta Orçamentária para o exercício de 1997, consigna recursos do Tesouro às atividades do Ministério da Marinha no valor total de R\$ 3.792.371.230,00, conforme demonstrado no anexo A a este trabalho.

Como comentário inicial, cabe ressaltar que esse valor corresponde a 0,91% da expressão financeira total do Orçamento Geral da União (OGU) para 1997. Esse percentual significa uma redução de participação da MB – conforme se observa na plotagem gráfica da evolução histórica desses percentuais, no gráfico do anexo B – se comparado ao perfil orçamentário de 1996. No atual exercício, quando o percentual foi de 1,17%, já são extremas as dificuldades enfrentadas por este Ministério para dar suporte mínimo às reais necessidades de funcionamento, sendo inevitável o registro de cancelamento de compromissos assumidos, bem como a postergação de metas, que poderão, em futuro próximo, trazer conseqüências bastante inconvenientes a essa Força e, por extensão, ao nosso país.

Se, por um lado, isso conduz a reconhecer que seja natural que a atenção nacional se volte para a solução dos problemas de ordem econômica, por outro, não se pode deixar de alertar para a gravidade dos riscos que envolverão o País, se o nosso aprestamento não propiciar, pelo menos, um nível dissuasório adequado com aquelas nações cujos interesses, mais cedo ou mais tarde, provavelmente virão a conflitar com os interesses do País.

O Brasil, apesar de atualmente ser o 10º PNB do mundo, mantém hoje um dos menores percentuais de aplicação do orçamento no quesito *defesa*, comparativamente aos seus vizinhos latino-americanos, conforme ilustrado no gráfico do anexo C. Tal fato, no que concerne à defesa naval, não teria o menor significado não fossem os amplos interesses marítimos do País, conforme amplamente abordado neste documento.

Cabe, também, uma análise quanto aos programas que compõem a ação ministerial previstos no OGU. Essa composição mostra uma elevada soma de recursos destinados à educação, saúde, previdência, alimentação, benefícios ao servidor, atestando um significativo desbalanceamento do orçamento e traduzindo a imperiosidade da realização de despesas compulsórias de cunho social em detrimento daquelas conotadas à atividade-fim desta Força. Isso significa desmentir a idéia propalada, pelo desconhecimento e pelo preconceito, de que os gastos militares impedem o atendimento das necessidades sociais. Pelo contrário, dentro das significativas limitações, alavancam.

Detendo-se no custeio da parte operativa da Marinha, torna-se importante a análise dos recursos alocados à parcela intitulada “OCC-exceto dívida”. É nesse contexto que podemos observar os reais efeitos das despesas compulsórias frente às necessidades conotadas à atividade-fim da MB, constatando-se um elevado “engessamento” das disponibilidades orçamentárias. Os gráficos anexos elucidam com clareza a situação. O anexo D apresenta os recursos do Tesouro para 1997 destinados às atividades. Nos dados expostos no anexo E, fica patente o desbalanceamento dos recursos recebidos para o custeio da atividade, no decorrer dos últimos exercícios, quando passou a preponderar a participação das despesas compulsórias em detrimento das demais despesas destinadas ao custeio da Marinha. A composição dessas despesas compulsórias de caráter legal é espelhada no anexo F.

As necessidades mínimas e essenciais da MB para “OCC - exceto dívida”, indispensáveis ao prestamento das Forças Navais para o cumprimento de sua missão constitucional, estão planilhadas no anexo G.

Alertamos que os recursos sob a responsabilidade da Marinha do Brasil são aplicados em várias regiões do País, significando não somente a distribuição daquelas componentes citadas como de cunho social, de forma direta, como também pela forma indireta de aplicação na economia local, haja vista a demanda de

mão-de-obra necessária à operação e manutenção das Forças localizadas, e ainda a obtenção, no mercado local, das necessidades materiais, como gêneros e materiais para reparos em geral.

A serem mantidos os atuais patamares, outros não serão os efeitos das limitações impostas ao orçamento de 1997 que não o cancelamento, a postergação e o atraso nos programas de construção e reparo naval, antevendo-se resultados desastrosos para a Força. Além disso, outras atividades seriam atingidas de forma significativa, como a participação da Marinha no Programa Antártico, na delimitação da margem continental, na segurança à navegação e na manutenção do tráfego de vias navegáveis, isso com reflexos nos custos dos seguros marítimos, refletindo de forma direta no “custo Brasil”.

4. Conclusão

Possuir uma Marinha corretamente dimensionada é fundamental para a soberania nacional. A tecnologia moderna é necessária para que o Poder Naval brasileiro não se desarme por obsolescência e não perca a sua capacidade de pronta resposta.

Ademais, a Marinha de Guerra, na virada do século, deverá estar ajustada aos novos tempos, cuja complexa malha de interesses de toda ordem, que permeia o relacionamento entre as nações, exige do Brasil um Poder Naval adequado às dimensões, à posição estratégica e às responsabilidades do País no cenário internacional.

Assim, alocar à Marinha um orçamento compatível com a sua destinação constitucional é extremamente desejável e espera-se a compreensão da sociedade brasileira e de suas instâncias decisórias na avaliação da Proposta Orçamentária para 1997 e futuras, promovendo as alterações que vierem a ser apresentadas em benefício da Marinha, bem como não permitindo que haja redução nas já limitadas dotações.

Cabe por fim alertar para a redução gradual e sistemática que vem sendo imposta ao orçamento desta Força nos últimos anos, que terá como reflexos a degradação material irreversível, podendo levá-la à perda da capacidade de atuação se e quando necessário. Mais do que isso, estar-se-á “sucateando” uma Força que, fruto de austero planejamento e emprego de recursos, mantém-se de pé e pronta, inclusive fadando ao desaparecimento todos os sucessos tecnológicos alcançados.

ANEXO 'A'

ORÇAMENTO PARA 1997 - PROJETO DE LEI Nº 8, DE 1996 - CN

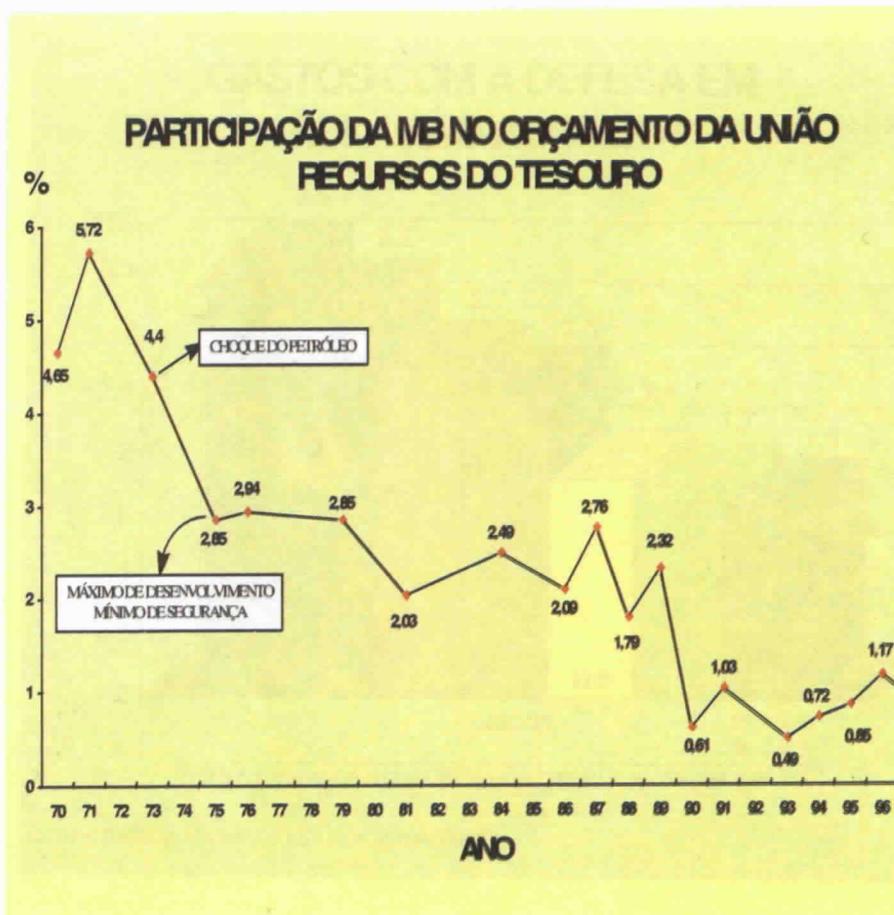
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA DE TRABALHO

RECURSOS DO TESOURO

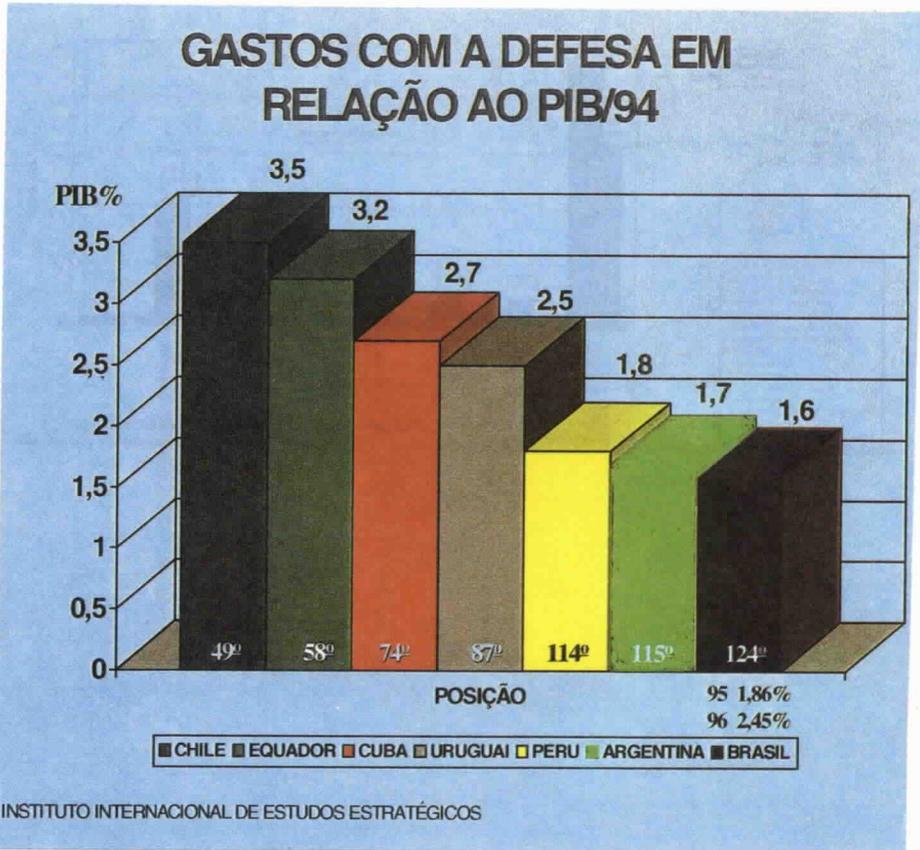
Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	FR	TOTAL	PESSOAL/ ENC.	JUROS/ AMORT.	OUT.DESP. COR.	INVEST/ INV.	
UO - 31101 - SGM		3.784.102.964	2.979.634.398	218.597.160	477.284.206	108.587.200	
ADMINISTRAÇÃO		1.481.780.486	1.407.680.486		62.867.700	11.232.300	
06.007.0021.4900 - ADM. GERAL	FR - 100	1.442.965.454	1.368.865.454		62.867.700	11.232.300	
	FR - 199	38.815.032	38.815.032				
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		218.597.160		218.597.160			
06.008.0033.2027 - DÍVIDA INTERNA	FR - 144	34.008.897		34.008.897			
06.008.0034.2027 - DÍVIDA EXTERNA	FR - 144	184.588.263		184.588.263			
CIÊNCIA E TECNOLOGIA		10.000.000			8.355.000	1.645.000	
06.010.0054.2034 - PESQUISA FUNDAMENTAL	FR - 100	10.000.000			8.355.000	1.645.000	
DEFESA NAVAL		413.210.406			317.744.585	95.465.821	
06.027.0163.1026 - REAPARELHAMENTO DA MB	FR - 100	125.874.234			67.200.116	58.674.118	
	FR - 100	39.874.234			24.799.931	15.074.303	
	FR - 147	7.600.000			7.600.000		
	FR - 149	78.400.000			34.800.185	43.599.815	
06.027.0163.1027 - DESENV. DE PROJ. ESPECIAIS	FR - 100	49.920.490			41.139.475	8.781.015	
06.027.0163.2091 - OP. E ADEST. FORÇAS NAVAIS	FR - 100	40.000.000			31.383.200	8.616.800	
06.027.0163.2092 - PATRULHA COSTEIRA	FR - 138	23.201.867			19.122.027	4.079.840	
06.027.0163.2950 - DESENV. AÇÕES SIGILOSAS	FR - 100	100.000			100.000		
06.027.0163.3381 - AMPL. E APAR. OM	FR - 100	9.302.294			3.973.940	5.328.354	
06.027.0163.3382 - DES. OBT. DE MEIOS OPER.	FR - 100	18.897.982			8.912.288	9.985.694	
06.027.0163.4521 - AP. ATIV. LOGIST. DAS FFAA	FR - 100	145.913.539			145.913.539		
<i>SUB - 0002 - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES</i>	FR - 100	20.080.539			20.080.539		
<i>SUB - 0013 - ETAPA DE ALIMENTAÇÃO</i>	FR - 100	107.687.000			107.687.000		
<i>SUB - 0014 - FARDAMENTO</i>	FR - 100	18.146.000			18.146.000		
EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS		34.000.000			34.000.000		
06.041.0190.4500 - ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	FR - 100	34.000.000			34.000.000		
SAÚDE		23.697.000			23.452.921	244.079	
06.075.0428.2004 - ATEND. MED. HOSP. (FCAMH)	FR - 100	23.697.000			23.452.921	244.079	
PROTEÇÃO AO TRABALHADOR		30.864.000			30.864.000		
06.078.0486.4089 - PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIO AO SERVIDOR (VALE-TRANSPORTE)	FR - 100	30.864.000			30.864.000		
PREVIDÊNCIA		1.571.953.912	1.571.953.912				
15.082.0495.2013 - ENCARGOS PREVID. DA UNIÃO (PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA)	FR - 153	1.571.953.912	1,571.953.912				
	FR - 153	1.571.953.912	1,571.953.912				
UO - 31102 - TRIBUNAL MARÍTIMO		994.266	831.266		148.360	14.640	
JUDICIÁRIA		994.266	831.266		148.360	14.640	
02.007.0021.4900 - COORDENAÇÃO E MANUT.	FR - 100	994.266	831.266		148.360	14.640	
UO - 31103 - SECIRM		7.274.000			5.656.157	1.617.843	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA		7.274.000			5.656.157	1.617.843	
06.010.0055.1030 - MISSÃO ANTÁRTICA	FR - 100	2.325.000			2.025.076	299.924	
06.010.0055.2095 - DEL. DA MARGEM CONTIN.	FR - 100	4.949.000			3.631.081	1.317.919	
TOTAL DAS UO		3.792.371.230	2.980.465.664	218.597.160	483.088.723	110.219.683	
	TOTAL	FR - 100	1.853.803.259	1,369.696.720		421.566.511	62.540.028
		FR - 138	23.201.867			19.122.027	4.079.840
		FR - 144	218.597.160		218.597.160		
	POR	FR - 147	7.600.000			7.600.000	
		FR - 149	78.400.000			34.800.185	43.599.815
	FONTE	FR - 153	1.571.953.912	1,571.953.912			
		FR - 199	38.815.032	38,815.032			
	TOTAL GERAL		3.792.371.230	2.980.465.664	218.597.160	483.088.723	110.219.683

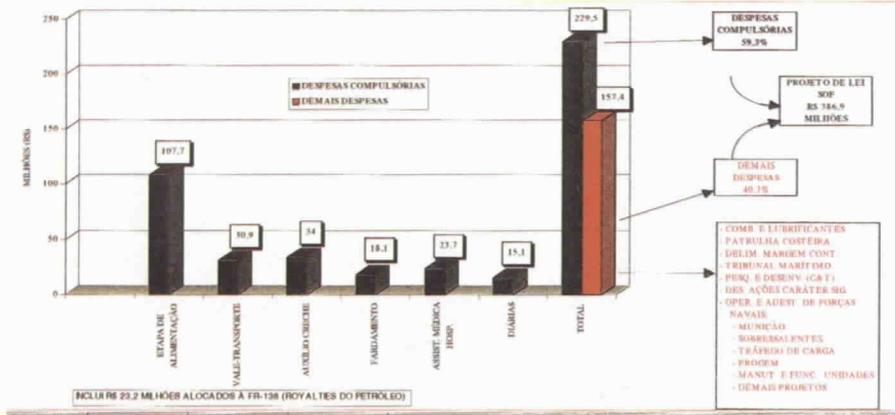
ANEXO 'B'



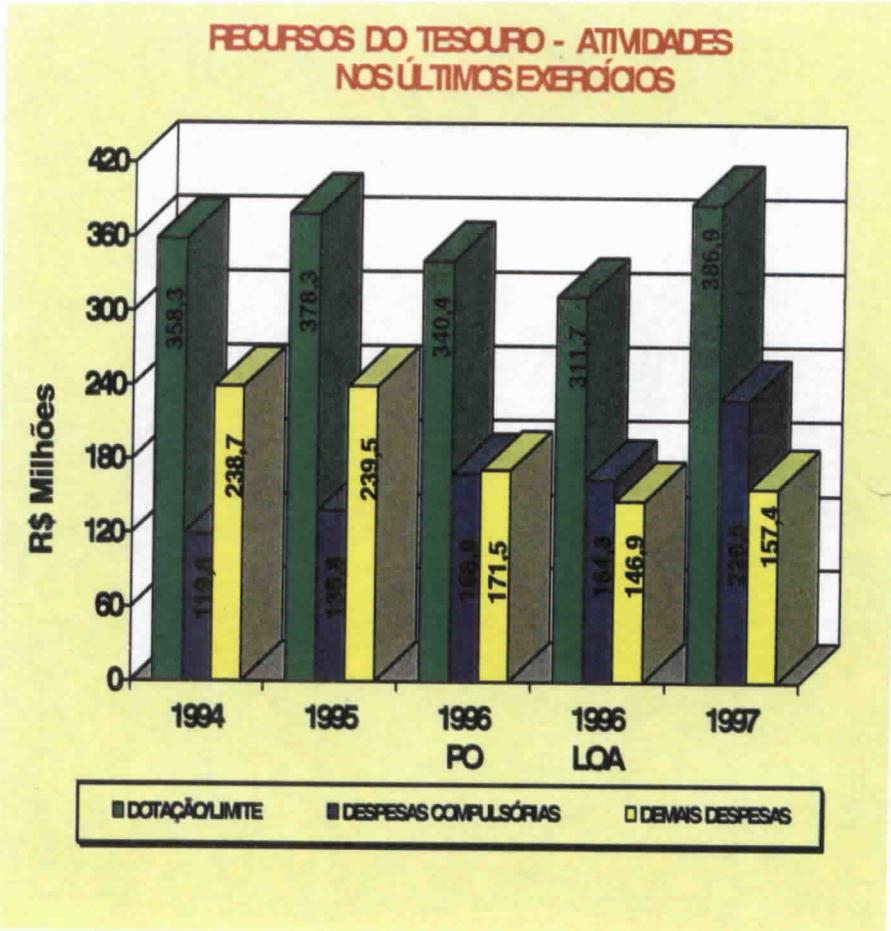
ANEXO 'C'



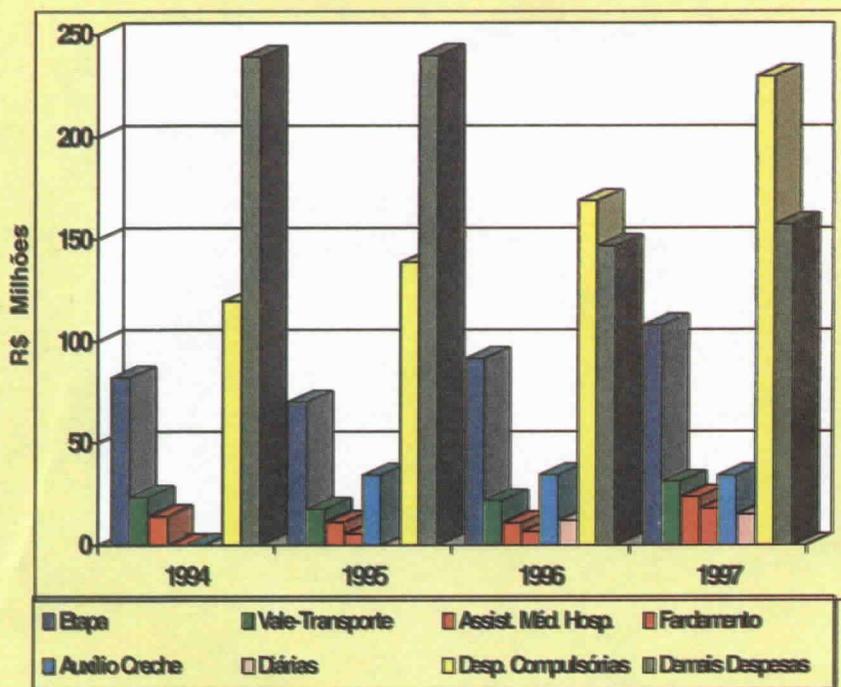
ANEXO 'D'



ANEXO 'E'



DESPESAS COMPULSÓRIAS X DEVAIS DESPESAS NOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS



Fonte: SIAFI/SOF - valores executados e a executar no período 94/97

OCC - Exceto Dívida (pt atividades)
Necessidades mínimas e essenciais

As necessidades essenciais da MB

Por ocasião das discussões sobre os limites orçamentários para 1997, ocorrida na SOF, a Marinha declinou da proposição de cortes com base na execução de exercícios anteriores, pelas razões já citadas, e apresentou uma planilha de cálculo com base em levantamentos de necessidades mínimas e essenciais de recursos, a saber:

	R\$ mil
A. Alimentação de pessoal	107.687
B. Vale-Transporte	30.864
C. Auxílio-creche	34.000
D. Fardamento	18.146
E. Assistência médico-hospitalar	23.697
F. Diárias	15.100
Subtotal (1)	229.494

Obs.: Essas despesas de caráter compulsório são amparadas por dispositivos legais que não permitem à Marinha exercer qualquer tipo de corte ou redução.

G. Combustíveis

.....	47.280
-------	--------

Obs.: Essa parcela representa a possibilidade de obtenção de cerca de 140.000m³ de combustíveis e lubrificantes, dos quais 95% representam as necessidades da Esquadra, que já sofreu uma redução de quota física da ordem de 21%, porquanto, no exercício anterior, houve o necessário para o aprestamento da Força Naval e para o cumprimento de missões e exercícios programados, na maioria dos casos, envolvendo Marinhas estrangeiras.

H. Missão antártica

.....	2.325
-------	-------

Obs.: Despesa decorrente de acordo internacional – Tratado Antártico –, que assume caráter especial por exigir a presença brasileira, ininterrupta, no continente branco.

I. Delimitação da margem

continental

.....	4.949
-------	-------

Obs.: O Brasil, ao ratificar a Convenção da Jamaica de 1982, assumiu o compromisso de prontificar o levantamento da plataforma continental no prazo de dez anos após a entrada em vigor da convenção, sob pena de – na qualidade de estado costeiro – perder seus direitos sobre parte de sua plataforma, no caso de esta estender-se além das 200 milhas.

J. Funcionamento e manutenção

.....	58.918
-------	--------

Obs.: Essa parcela engloba as necessidades de todas as organizações de terra e navios espalhados pelo território nacional, num total de cerca de 430 Organizações Militares (OM), relativas ao custeio cotidiano, como luz, telefone, manutenção de bens, etc.

K. Sobressalentes

.....	28.294
-------	--------

Obs.: Com os constantes cortes orçamentários, cada vez mais são reduzidos os recursos destinados a esta parcela. Hoje a Marinha perdeu a sua capacidade de manter estoques estratégicos de sobressalentes para navios e aeronaves, fazendo a obtenção somente nos casos essenciais e necessários à prontificação de um núcleo mínimo de meios. As necessidades desejáveis somariam cerca de R\$70 milhões, o que representa uma redução de 61%.

L. Munição

.....	24.317
-------	--------

Obs.: A exemplo de sobressalentes, esta parcela sofre repetidas reduções, estando programadas obtenções de lotes indispensáveis ao adestramento, incluindo a participação em missões conjuntas com Marinhas estrangeiras e prontidão operativa das Forças Navais.

M. Patrulha costeira

.....	7.600
-------	-------

Obs.: A Patrulha Costeira constitui uma atividade subsidiária, sob a responsabilidade da Marinha, como uma operação típica de tempo de paz, contribuindo para o desenvolvimento nacional e para o bem-estar de nosso povo. Os navios da Marinha realizaram, no ano de 1995, 64 operações dessa natureza, perfazendo um total anual de 411 dias de mar e 72.554,8 milhas navegadas. Essa despesa é coberta por FR específica (FR-138 - *Royalties* do petróleo).

N. Programa Geral de Manutenção (PROGEM)

.....	86.135
-------	--------

Obs.: São relacionadas as necessidades básicas de manutenção de motores e plataformas, sistemas de armas, sensores e equipamentos de comunicações dos meios navais e aeronavais. As restrições orçamentárias têm limitado esse programa a uma capacitação mínima da força operativa, que sofre cada vez mais a falta desta manutenção devido à MB ainda operar, hoje, meios que, em sua maioria, equivalem-se aos que operava na década de 60.

O. Ciência e tecnologia

.....	13.883
-------	--------

Obs.: Esse valor destina-se a orientar as atividades de pesquisa para: o desenvolvimento de novos sistemas de armas; o aperfeiçoamento dos equipamentos de controle da navegação,

de comunicações e de eletrônica objetivando a obtenção do conhecimento necessário à atualização da tecnologia dos sistemas operacionais dos meios das Forças Navais, de maneira a mantê-los compatíveis com os modernos equipamentos ora em uso.

P. Demais projetos/automação de OM 3.839

Obs.: São as necessidades mínimas para dar prosseguimento ao programa de informatização administrativa da Marinha.

Q. Demais projetos/recursos instrucionais 3.291

Obs.: Necessidades mínimas para adquirir recursos (materiais permanentes e de consumo) instrucionais adequados, principalmente para a formação básica, tais como equipamentos de manobra de peso para as fainas de transbordo, etc.

R. Demais projetos/manutenção de bens e imóveis 11.612

Obs.: Importância destinada a suprir as necessidades mínimas para a realização de

reparos e manutenção das instalações terrestres da MB.

S. Demais projetos/outros 121.031

Obs.: Recursos mínimos destinados a efetuar reparos e manutenção de equipamentos eletrônicos, de comunicação, viaturas administrativas e operacionais, bem como obter materiais e serviços para diversas atividades técnicas, tais como: catalogação, cadastramento de material, comunicações, propulsão, armamento, etc.

Subtotal (2) 413.474

Total Geral (1) + (2) 642.968

Quadro-Resumo:

Discriminação dos montantes	R\$ mil
Teto orçamentário	386,9
Necessidades mínimas	642,9
Diferença entre o concedido e o necessário	(260,0)